

SC 7853

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36

website: [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

## **CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA**

**Décima-Nona Sessão Ordinária**

**15 - 16 de Julho de 2012**

**Adis Abeba, ETIÓPIA**

**Assembly/AU/10(XIX)**

**Original: Inglês**

**RELATÓRIO DA S.E. SENHOR MELES ZENAWI,  
PRIMEIRO MINISTRO DA REPÚBLICA FEDERAL DEMOCRÁTICA DA  
ETIÓPIA E COORDENADOR DO COMITÉ DOS CHEFES DE ESTADO E  
DE GOVERNO AFRICANOS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
(CAHOSCC) PARA A PREPARAÇÃO DA ÁFRICA ÀS NEGOCIAÇÕES  
SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PARA A 18ª CONFERÊNCIA DAS  
PARTES À CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE  
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (UNFCCC) (COP 18)**

**RELATÓRIO DA S.E. SENHOR MELES ZENAWI, PRIMEIRO MINISTRO DA REPÚBLICA FEDERAL DEMOCRÁTICA DA ETIÓPIA E COORDENADOR DO COMITÉ DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO AFRICANOS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (CAHOSCC) PARA A PREPARAÇÃO DA ÁFRICA ÀS NEGOCIAÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PARA A 18ª CONFERÊNCIA DAS PARTES À CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (UNFCCC) (COP 18)**

**A. Introdução**

1. O presente relatório foi elaborado em conformidade com a Decisão da Conferência da UA sobre as alterações climáticas (**Assembly/AU/Dec.399 (XVIII)**) no âmbito da preparação de África para a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CoP18/CMP8), programada para ter lugar de 26 de Novembro a 7 de Dezembro de 2012, em Doha, no Qatar. A Decisão solicitou ao Comité dos Chefes de Estado e de Governo sobre Alterações Climáticas (CAHOSCC) para designar os três Membros Africanos para o Conselho de Administração do Fundo do Clima Verde (GCF), com o apoio da Comissão; e em consulta com o Presidente do Grupo de Negociadores Africanos (AGN), que prestarão relatório periodicamente por intermédio da Comissão para CAHOSCC. A decisão solicitou ainda à Comissão que intensifique os seus esforços no sentido de proporcionar a facilitação e apoio de coordenação necessários rumo a uma preparação eficaz de África para a COP18/CMP8.

2. O relatório abrange os avanços registados na implementação da decisão da Conferência e sobre os principais resultados das negociações realizadas em Bona, Alemanha, em preparação para COP18/CMP8. Tenta igualmente delinear as implicações dos eventos pós-Durban, e propor recomendações para sua consideração.

**B. As nomeações para o Conselho do Fundo do Clima Verde e Comités sobre Adaptação e Finanças**

3. O Benim, o Egipto e a África do Sul foram nomeados pela AGN como representantes de África no Fundo do Clima Verde, enquanto a Etiópia, República Democrática do Congo e a Guiné-Bissau foram indicados como suplentes.

4. A Argélia e o Zimbabwe foram nomeados para o Comité de Adaptação.

5. O Quénia e o Mali foram indicados para o Comité Permanente sobre Finanças.

**C. Progressos das Negociações sobre as Alterações Climáticas e Principais Resultados**

6. As negociações sobre alterações climáticas realizadas em Bona, na Alemanha, de 14-25 Maio de 2012 constituíram a primeira reunião preparatória após a Conferência de Durban (COP17/CMP7) rumo a COP18/CMP8. As Partes fizeram progressos no sentido de garantir que a conferência deste ano, em Doha, possa dar os próximos passos essenciais para fazer face ao desafio de longo prazo de mudanças climáticas. As negociações de Bona consideraram o seguinte: Adaptação (finanças), Mitigação (cumprimento do Protocolo de Quioto), Tecnologia e o Grupo de Trabalho Ad Hoc

sobre a Plataforma de Acção de Durban para uma Maior Acção estabelecida na COP17/CMP7. A reunião de Bona compreendia sessões sobre os Órgãos da UNFCCC, incluindo entre outras, a 1ª sessão do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre a Plataforma de Acção Reforçada de Durban.

7. Nos termos dos resultados, apesar do ritmo lento das negociações, foram feitos progressos em algumas questões principais, como a seguir:

- (i) Em relação ao Grupo de Trabalho Ad-Hoc sobre a Plataforma de Durban para uma Maior Acção (ADP), as Partes concordaram com a organização do trabalho e a agenda, bem como a eleição dos dirigentes num arranjo plurianual para a Mesa mediante a aprovação da COP em Doha. Espera-se que o Grupo Africano assuma a co-presidência em 2015, em nome dos Não-Partes, Anexo I. O ADP tem a tarefa de aprovar um novo acordo climático global até 2015, que deve entrar em vigor a partir de 2020, e também de encontrar maneiras de aumentar a ambição global de agir sobre a alteração climática antes de 2020. O Grupo Africano manifestou a esperança de o trabalho, no âmbito do ADP, proporcionar uma oportunidade para um sistema justo, multilateral e baseado em regras, de acordo com o contexto e os princípios da Convenção. O grupo expressou ainda o seu desapontamento pelo facto de que algumas partes "recuaram" em relação às garantias dadas em Durban no que diz respeito ao segundo período de compromisso nos termos do Protocolo, e que a garantia de comparabilidade entre os países desenvolvidos não tinha sido atingida. O Grupo apelou para um aumento no nível de ambição em todas as frentes, nomeadamente através do incremento das finanças, transferência de tecnologia e capacitação direccionadas para os países em desenvolvimento para efeitos de mitigação e adaptação.
- (ii) Quanto ao Segundo Período do Compromisso do Protocolo de Quioto, o período exacto (5 ou 8 anos) e outros assuntos relacionados serão determinados por decisão da Conferência de Doha. A maioria dos países em desenvolvimento Partes, incluindo o Grupo de Negociadores Africanos, AOSIS, PMAs, Coligação das Nações da Floresta Tropical e o Sistema de Integração da América Central (SICA) apoiou um período de compromisso de cinco anos, a fim de evitar a ficar confinado a níveis baixos de ambição, considerar novos resultados/recomendações científicos do IPCC e da necessidade de regras claras para garantir a integridade ambiental. Enquanto por outro lado os países desenvolvidos apoiavam um período de compromisso de oito anos, com uma revisão intermédia para elevar o nível de ambição, as Partes divergiam quanto ao grau em que as Unidades de Quantidade Excedente Atribuída, os Certificados de Emissões, e as Unidades de Redução das Emissões poderiam ser transferidos para o segundo período de compromisso. A natureza jurídica do segundo período de compromisso continua por resolver, com algumas Partes a sugerir a aplicação provisória das alterações do Protocolo, mediante ratificações formais, a fim de evitar o surgimento de lacunas. Observou-se que houve um avanço ligeiro no sentido de converter as promessas de redução para as metas de economia da generalizada pelos países desenvolvidos partes e

discussões sobre esta questão serão retomadas nas negociações em Bangkok sobre alterações do clima antes de adopção, em Doha.

- (iii) No que diz respeito ao Fundo do Clima Verde (GCF), a Conferência de Durban aprovou uma decisão para operacionalizar o Fundo de Mudança do Clima Verde, conforme estabelecido por decisão 1/CP.16 e convidou igualmente as Partes a concorrerem para o acolhimento do Secretariado do Fundo, matéria sobre a qual será tomada uma decisão na COP 18. No encerramento da oferta, a Namíbia é o único país africano, fora dos seis, que manifestou interesse em acolher a sede do Fundo do Clima Verde. Os outros países são: Alemanha, Polónia, República da Coreia, Suíça e México. O Fundo deve ser gerido no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas com a finalidade de dar um contributo importante e ambicioso aos esforços globais visando alcançar os objectivos estabelecidos pela comunidade internacional no combate a alterações climáticas. O GCF irá promover um modelo para encontrar vias de desenvolvimento com emissões baixas e resistentes às alterações climáticas através da prestação de apoio aos países em desenvolvimento, com vista a limitar ou reduzir as suas emissões de gases com efeito na estufa e adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, o Fundo irá proporcionar acesso simplificado e melhor ao financiamento de actividades relacionadas a mudanças climáticas nos países em desenvolvimento, incluindo o acesso directo, baseando as suas actividades em abordagem orientada para o país. As Partes falaram da primeira reunião do Conselho de Direcção a ter lugar nos finais de Junho/inícios de Julho de 2012, o que permitiria que o Fundo a operacionalização em 2013. No entanto, até agora, a reunião ainda não teve lugar.
- (iv) No que respeita ao financiamento a longo prazo, a Conferência de Durban lançou um programa de trabalho e como 2012 marca o final dos 30 bilhões de dólares americanos de arranque rápido das finanças, na sessão de Bona algumas partes (principalmente os países em desenvolvimento) identificou problemas de financiamento que exigem trabalho adicional: alvo de mobilização a médio prazo (entre 2013 - 2020), fontes, relacionamento entre a COP e o Fundo do Clima Verde e capitalização do Fundo Clima Verde. No entanto, estes aspectos não foram aprovados pelas outras partes.
- (v) Quanto ao Grupo de Trabalho Ad-Hoc sobre a Acção de Cooperação a Longo Prazo (LCA), as Partes divergiram em torno da importância relativa e aos elementos do contexto na determinação da meta global de redução de emissões até 2050 e o prazo para o pico. O Grupo Africano, no entanto, pediu ao AWG-LCA a dar plena consideração ao financiamento, adaptação, medidas de resposta, transferência de tecnologia e visão compartilhada. Em relação a adaptação, eles destacaram a necessidade de intensificar o apoio financeiro e tecnológico, e a incluir os NAPs tanto para os Países Menos Avançados como para os países em desenvolvimento vulneráveis.

- (vi) Em relação ao Centro de Tecnologia Climática, a conferência confirmou a classificação de três anfitriões seleccionados (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Mecanismo Global para o Meio Ambiente e Det Norske Veritas AS (Noruega)) para o Centro de Tecnologia Climática (CTC), com um consórcio liderado por UNEP na dianteira. O Centro de Tecnologia Climática, juntamente com a sua Rede associada, é o braço de implementação do Mecanismo de Tecnologia estabelecido pelos Acordos de Cancun, em 2010. O CTC destina-se a estimular a cooperação e transferência de tecnologia em apoio ao desenvolvimento das acções dos países com vista a reduzir os gases de efeito estufa e adaptar as suas economias aos efeitos inevitáveis das alterações climáticas. Isto significa que o Secretariado das Nações Unidas para as Alterações Climáticas pode começar a trabalhar imediatamente no sentido de ajudar a estabelecer o CTC.

#### **D. Conclusão**

8. A Agência Internacional de Energia (AIE) advertiu em Maio de 2012 que a oportunidade de evitar um aumento da temperatura média global para o máximo de 2 graus Celsius está prestes a terminar. A AIE observou que as emissões de gases com efeito de estufa alcançaram um registo elevado e teria de atingir o pico o mais tardar até 2017 para que o mundo tem meia oportunidade de estar abaixo da subida de 2 graus Celsius. Neste contexto, a revisão da meta de temperatura a longo prazo acordado na Conferência de Cancun é muito importante para a África garantir que a meta global de risco da temperatura não coloque a África em riscos inaceitáveis. Isto exige que as Partes possam considerar metas mais ambiciosas para salvar as pessoas vulneráveis do impacto negativo das mudanças climáticas. Os países e instituições africanos devem intensificar esforços para garantir um acordo sobre a avaliação da escala de lacuna da ambição de mitigação, através do uso de um conjunto de regras contabilísticas comuns e do aumento da ambição antes de 2020, segundo a ciência e a avaliação das lacunas.

9. Sobre o concurso para acolher a sede do Fundo Global do Clima, deve se considerar com seriedade para apoiar a sua localização em África, onde os impactos das mudanças climáticas se farão sentir de uma forma mais aguda e, assim, apoiar a candidatura da Namíbia para acolher a sede do Secretariado do Fundo do Clima Verde.

10. A África deve desempenhar um papel preponderante na conferência de Doha, e, através de outras plataformas apropriadas, auxiliar a rápida formação de consenso em relação às fontes de financiamento. Neste sentido, as negociações devem extrair algumas ideias do relatório do Painel de Alto Nível que foi indicado pelo Secretário-geral das Nações Unidas. O Fundo também deve ser adequadamente capitalizados. Representantes de África e dos Países Menos Avançados sobre o Conselho de Direcção deve desempenhar um papel crítico de assegurar que as políticas e as disposições necessárias para o Fundo começar a exercer as suas funções principais, a saber, a mobilização e afectação de recursos financeiros, sejam adoptadas o mais rápido possível.

2012-07-16

Report of H.E. MR. Meles Zenawi,  
Prime Minister of the Federal  
Democratic Republic of Ethiopia and  
Coordinator of the Committee of  
African Heads of State and  
Government on Climate Change  
(CAHOSCC) on Africa's Preparation  
for the Climate Change Negotiations at  
the 18TH Conference of Parties of the  
UN Framework Convention on  
Climate Change (UNFCCC) (COP 18)

African Union

DCMP

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/9078>

*Downloaded from African Union Common Repository*